RESSARCIMENTO/RESTITUIÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO

Eu,_____abaixo assinado (a), portador(a) da Carteira de Identidade nº_____, CPF nº _____, venho requerer à Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes - GOINFRA o **ressarcimento** ☐ **restituição** ☐ do valor pago, referente ao(s) auto(s) de infração relacionado(s) abaixo(s), tendo em vista:

☐ **Pagamento em duplicidade** ☐ **Deferimento do recurso interposto** ☐ **Decisão Judicial**

Auto de Infração:

Banco:	**Agência:**	**Conta Corrente/Poupança:**

Observação: Deverá apresentar os Dados bancários em nome do proprietário do veículo, ou apresentar procuração. Caso o Banco informado seja diferente do Banco Conveniado da GOINFRA (Caixa Econômica Federal – CEF), será descontado o valor da taxa de transferência, no valor de R$ 8,90 (valor poderá sofrer alteração).

☐ Estou de acordo com o desconto da taxa de transferência.

_____
Assinatura – Autorização Desc. Taxa de transferência

_____ , _____/_____/_____
Local Data

_____
Assinatura do Requerente

Telefone:	**E-mail:**

ATENÇÃO!
Antes de protocolar sua solicitação, leia atentamente o **ANEXO I** (página 2) e confira a **documentação necessária**.

RESSARCIMENTO/RESTITUIÇÃO DE MULTA DE TRÂNSITO

ANEXO I - Documentos necessários para solicitação de ressarcimento

Documentos gerais:

- ☐ Documento de identidade (RG) e CPF;
- ☐ Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV);
- ☐ Comprovante de endereço;
- ☐ E-mail para contato;
- ☐ Dados bancários do requerente (número do banco, agência e conta bancária).

Documentos adicionais para ressarcimento decorrente de decisão judicial

Quando o pedido de ressarcimento decorrer de decisão judicial que tenha reconhecido a nulidade do auto de infração, o requerimento deverá ser instruído com os seguintes documentos adicionais:

- ☐ Cópia integral da decisão judicial de mérito que reconheceu a nulidade do auto de infração;
- ☐ Certidão comprobatória do trânsito em julgado da decisão judicial;
- ☐ Comprovante de efetivo recolhimento da multa, emitido em nome do requerente;
- ☐ Cópia de documento de identidade com CPF ou, quando o pedido for apresentado por representante, procuração com poderes específicos.

A apresentação desses documentos é necessária para a análise do pedido de ressarcimento decorrente de decisão judicial.